

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA
DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE CIÊNCIAS/BAURU
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**



**FAMÍLIA-ESCOLA: DISCUTINDO FINALIDADES,
RUPTURAS E DESAFIOS NO PROCESSO
EDUCATIVO**

BAURU/2008

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice- Presidente
José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad

Secretária da Educação Especial
Claudia Pereira Dutra

Reitor da Universidade Estadual Paulista – “Júlio De Mesquita Filho”
Marcos Macari

Vice-reitor
Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Diretor da Faculdade de Ciências
Henrique Luiz Monteiro

Vice- Diretor
João Pedro Albino

Coordenadora do Curso: “**Práticas em Educação Especial e Inclusiva na área da Deficiência Mental**”.
Vera Lúcia Messias Fialho Capellini

DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
UNESP – Campus de Bauru

371.9 P515f	Perez, Márcia Cristina Argenti. Família-escola: discutindo finalidades, rupturas e desafios no processo educativo / Márcia Cristina Argenti Perez, Morgana de Fátima Agostini Martins In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008. 12 v. : il. ISBN 1. Educação inclusiva. 2. Família. 3. Escola. I. Perez, Márcia Cristina Argenti. II. Martins, Morgana de Fátima Agostini. III. Capellini, Vera Lúcia Messias Fialho. III. Título.
----------------	---

Prezado professor ou profissional das áreas afins

Este caderno é parte do material didático, produzido por uma equipe de especialistas em Educação Especial, para subsidiar o desenvolvimento do curso de aperfeiçoamento em **“Práticas em Educação Especial e Inclusiva na área da Deficiência Mental”**. Esse material objetiva a veiculação de informações sobre a educação da pessoa com deficiência mental e seus desdobramentos para a inclusão social desta população.

Os cadernos que compõem o material didático são:

1. Educação a distância: desafios atuais.
2. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente.
3. Desenvolvimento humano e educação: diversidade e inclusão.
4. Ética profissional: (re) pensando conceitos e práticas.
5. Informática aplicada à educação especial.
6. Família-escola: discutindo finalidades, rupturas e desafios no processo educativo.
7. Sexualidade infantil e orientação sexual na escola.
8. Repensando a avaliação.
9. Práticas educativas: ensino colaborativo.
10. Práticas educativas: adaptações curriculares.
11. Práticas educativas: manejo comportamental e comportamentos pró-sociais.
12. Práticas educativas: criatividade, ludicidade e jogos.

No curso, serão trabalhados temas gerais visando a possibilitar o acesso às informações sobre as causas da deficiência mental, aspectos conceituais, históricos e legais da educação especial, além de conteúdos específicos para auxiliar a sua prática pedagógica voltada para a diversidade, de maneira que, se necessário, você utilize adequações curriculares para garantir o aprendizado de todos os alunos.

Esperamos que este material possa contribuir a todos os profissionais que participam da construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais igualitária para todos.

Bom trabalho!

Vera Lúcia Messias Fialho Capellini

Coordenadora do Curso

Sumário

Apresentação	3
Unidade I: Os universos da educação na família e na escola	4
Unidade II: Contextualização histórica da Família	5
Unidade III: O universo educativo da família	7
Unidade IV: O universo educativo da escola	10
Unidade V: Relação Família-Escola: Continuidade e Ruptura no Processo Educativo	12
Unidade VI: Orientação às Famílias e Educação Inclusiva	16
Referências	24

Apresentação



Olá Sou a “Sra. Lia”, vamos nos interagir ao longo deste caderno que tem como objetivo apresentar o tema Família.

Em um curso cuja temática são as práticas em educação especial e inclusiva na área de deficiência mental, o conhecimento dos processos de organização e construção dos diferentes modos de se pensar a família permite ao educador reconhecer as características comuns e incomuns em cada modelo e mais, permite ao educador a reflexão de que não existem modelos corretos e errados e nem existem famílias melhores ou piores. Abrangendo ainda a discussão sobre o papel da escola como parceira e não adversária da família já que estamos todos, família e escola, buscando potencializar as capacidades humanas.

Trataremos, pois, de apresentar o histórico da constituição familiar, bem como suas funções e papéis ao longo da história e ainda apresentar características do funcionamento de famílias com filhos deficientes, tendo como foco principal a diminuição de preconceitos e o favorecimento de práticas educativas mais inclusivas.

Unidade I: Os universos da educação na família e na escola



Considerando-se que o desenvolvimento humano é um processo que depende, ao mesmo tempo, de maturação e adaptação biológica e de fatores sociais, no contexto dos quais estão os fatores educacionais, a presente unidade tem como objetivo discutir os universos da educação familiar e escolar e os desafios dessas instituições na educação inclusiva.

O processo educativo é dividido pelas Ciências Sociais em socialização primária e secundária, cujas principais instituições sociais são representadas pela família e pela escola.



A socialização primária envolve os primeiros contatos que os indivíduos estabelecem na infância e, em razão dos quais, tornam-se membros da sociedade, incorporando vários aspectos culturais, afetivos, normativos e morais do grupo em que está inserido.



Como exemplo: a Família

A socialização secundária é entendida como práticas que introduzem o indivíduo, já socializado, ao convívio com outros grupos e setores do mundo objetivo da sociedade. A escola pode ter o papel de segundo ambiente de socialização que vai ajudar a criança a promover e/ou fortalecer habilidades inicialmente estimuladas no ambiente familiar

Exemplo: Escola



Unidade II: Contextualização histórica da Família



A partir de um mapeamento das informações históricas, é possível dizer que os valores e necessidades de uma sociedade interferem nas posições dos membros da família.

As funções e a estrutura do grupo familiar variam muito de uma sociedade para outra. A única função que se mostra constante a todos os tipos de família é a de procriar, porém, o atendimento e os cuidados às necessidades dos filhos não estão presentes em todos os momentos da história da família ocidental. Assim, os sentimentos da família modificam-se profundamente à medida que se alteram as relações com a criança.



Relembrando!!

Foi a partir do século XV, que a história da família é marcada pela ampliação da frequência escolar. A educação neste período foi influenciada pelo convívio da criança na escola que deixou de ser restrita aos clérigos para assumir as responsabilidades da iniciação social da transição entre a infância e a vida adulta.

A aprendizagem escolar causou maior aproximação da criança com a família, que passou a concentrar-se em torno dos filhos, cujas preocupações centralizavam-se em controlar, vigiar e não abandonar as crianças, procurando protegê-las do contato com o “mundo sujo dos adultos”. É importante destacar que essa relação foi resultado de um processo gradativo, visto que as crianças eram, ainda, enviadas para escolas distantes.

A família dos séculos XVI e XVII, apesar de ter sofrido mudanças em relação à da época medieval, ainda não poderia ser considerada moderna, visto que a intimidade e os sentimentos não contemplavam a ligação entre pais e filhos. A família do século XVII era marcada pela autoridade do homem. Dessa maneira, a condição do Pai-Marido-Senhor resultava na posição de membro poderoso da família, em que a mulher e os filhos assumiam posições de respeito e submissão a esta autoridade.

O século XVIII foi bastante influenciado pelos tratados de educação, que contribuíram para a implementação de novas idéias em relação à família moderna, que passou a ser idealizada no amor materno. Sendo assim, os

estudos históricos relatam que, em fins do século XVIII, o casamento, que antes era uma união negociada de acordo com interesses de duas famílias que negligenciavam os sentimentos dos indivíduos, principalmente, da mulher, passou a ser direcionado pela liberdade de escolha dos cônjuges.



A evolução da família começa a ser bastante explícita, pois esta agora é um espaço de amor, de relacionamento entre seus componentes, que não estão mais relegados às funções públicas e, sim, privadas, em que a família fica restrita aos relacionamentos de seus membros no espaço doméstico.

O século XIX foi marcado, principalmente, pelo destaque da vida social em torno do grupo familiar. Neste século a educação da criança passa a ser realizada no isolamento do espaço doméstico, onde se assume o espaço privado e nega-se o público. Em vista disso, a família modifica sua relação com os filhos, passando a incorporar a função de ser responsável pela educação, proteção e afeto durante a infância.

Ao longo do século XX, a família ocidental teve algumas mudanças tais como: o trabalho doméstico começou a desprestigiar a mulher, que era solicitada no mercado de trabalho; o valor social sobre a função de dedicação das mulheres com a educação dos filhos diminuiu; a figura masculina começa a ter uma presença mais ativa em relação à educação dos filhos; o papel econômico na família passa a ser desempenhado, em sua grande maioria, pelo homem e pela mulher; o espaço físico da família diminuiu: casas, quintais e apartamentos ficam cada vez menores.

Importante

...os sentimentos e as posições dos membros da família oscilam muito, em relação às necessidades emergidas na vida social em que estão inseridos.



Unidade III: O universo educativo da família



A sociedade brasileira enfrentou grandes transformações demográficas, econômicas e sociais que refletiram na estrutura e no funcionamento da família.

O processo de industrialização e o crescimento da economia, a partir da década de 1950, influenciaram a redefinição dos papéis da mulher, possibilitando sua maior inserção no mercado de trabalho.

Na década de 1960, o surgimento da pílula anticoncepcional promoveu uma diminuição da fecundidade que repercutiu de forma progressiva em todas as esferas sociais, alterando principalmente, a constituição e o tamanho das famílias.

Já nos dias de hoje, a crise econômica das últimas décadas forçou a instituição familiar a reformular suas estratégias de sobrevivência, principalmente em relação à renda financeira.



→ **Família desestruturada?**

É comum ouvirmos que a instituição familiar está em crise e, até mesmo, extinguindo-se ou mesmo 'desestruturada'. Na verdade, o que vem ocorrendo são mudanças na estrutura e nos papéis dos membros do grupo, em decorrência das alterações sociais que, por sua vez, acabam colaborando para a existência de diversas formas de constituição e modalidades de educação, negando a construção histórica de um modelo de família único e ideal, baseado nos padrões da família nuclear burguesa, constituída pela presença de pai, mãe e filhos vivendo em um espaço físico e sentimental privado.

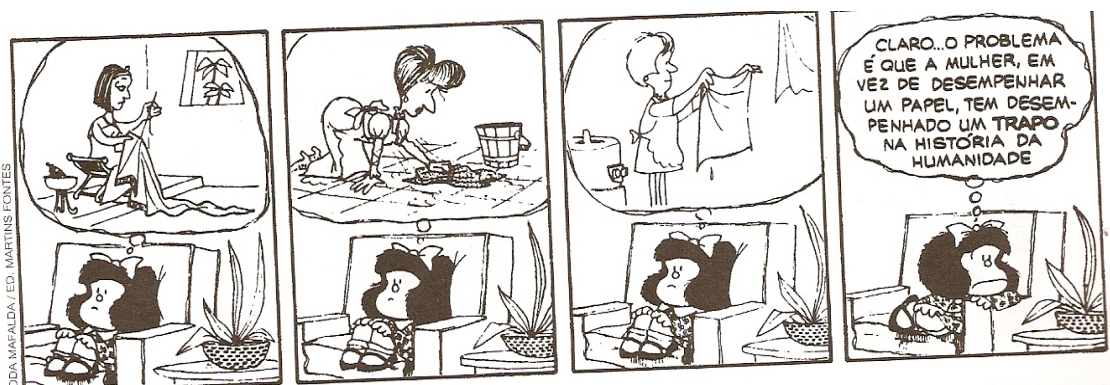


Por família, atualmente, podemos entender uma série de arranjos nas relações entre pessoas ligadas por laços de aliança e afinidade. Como exemplos de constituição, dentre outros tantos tipos de arranjos familiares existentes, temos, atualmente:

- família nuclear (casal com filhos);
- família patrifocal (um pai e filhos);
- família matrifocal (uma mãe e filhos);
- famílias reconstituídas (casais recasados com filhos de outros casamentos);
- famílias homoafetivas (casais com filhos adotivos, casais homossexuais com filhos de uniões anteriores e/ou adotivos), dentre outros.

As práticas educacionais, nos últimos 30 anos, foram alteradas pelas mudanças políticas, econômicas e sociais que interferiram no funcionamento da família. Assim:

- o tamanho da família diminuiu, tanto em número de filhos, como, também, em número de adultos;
- a família busca, freqüentemente, orientações de como educar seus filhos com profissionais e serviços especializados;
- a escola passou a ocupar uma presença mais ativa na educação das crianças;
- as mães diminuíram o período de dedicação à procriação e à educação dos filhos;
- a presença da mulher no mercado de trabalho modificou a vida doméstica e gerou alterações na relação com os filhos.



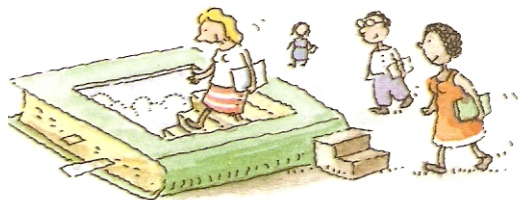
Com essas mudanças mencionadas acima, podemos perceber que o relacionamento e a ocupação dos membros da família alteraram-se. Assim, o homem já não consegue trazer todo o dinheiro necessário para as despesas da casa. A mulher, então, começa a dedicar-se ao trabalho fora do lar para reforçar a remuneração familiar. Conseqüentemente, os pais trabalhando durante todo o dia, têm que enviar os filhos às instituições infantis, para que

estas cumpram, na ausência dos pais, a função educativa e o favorecimento do processo de desenvolvimento global dessas crianças.

A sociedade consumista pressiona e incentiva as mulheres para a participação no mercado de trabalho, mas também cobra o cumprimento das responsabilidades dessas, como mães, de terem de educar e atender às necessidades dos filhos.

Em vista disso, as mulheres têm que conciliar o trabalho fora do lar com a dedicação aos filhos e, nesta questão, elas, atualmente, estão tentando oferecer para esses filhos uma relação afetiva de qualidade, já que dispõem de pouco tempo para dedicarem-se nesta relação.

Diversos estudiosos da educação alertam que os pais precisam saber dosar e analisar o tempo passado com os filhos, percebendo os perigos decorrentes do excesso de mimos e cuidados ou, ao contrário, do abandono e carências de afeto transmitidos para a criança, nas poucas horas em que estes se relacionam.



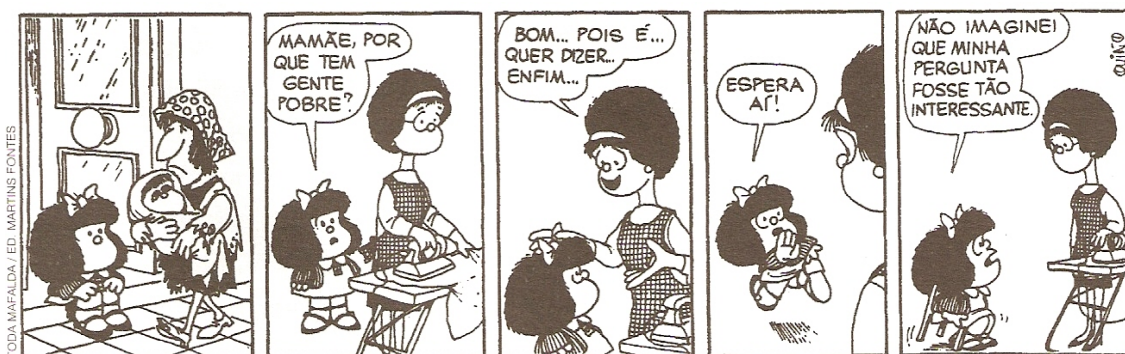
Atualmente, os pais precisam estar atentos para as necessidades dos filhos e suas atitudes nesta relação. Percebendo que, mesmo a educação familiar não sendo a única fonte de educação e relação da criança com o mundo, ainda é um dos mais importantes e significativos espaços de relações humanas, que contribuem para a formação da personalidade no futuro, em outras relações sociais desses indivíduos.

Unidade IV: O universo educativo da escola



Na sociedade contemporânea, família e escola são dois contextos de promoção do desenvolvimento, socialização e educação da criança, que se definem e são diferenciados por padrões de comportamento, de objetivos, de procedimentos para transmissão de informações que lhes competem.

A instituição escolar deve ser compreendida, em sua evolução histórica, da qual emergiu como instituição destinada a instruir os educandos da classe privilegiada sendo, portanto, por um longo período, restrita a poucos. É com o processo de modernização da sociedade que a escola se faz necessária para a formação da população em geral. No entanto, a educação escolar, mesmo com a democratização do acesso ao ensino, sempre foi diferenciada entre os segmentos sociais, pois para a classe dominante, a escola é considerada um meio de formação intelectual e acadêmica. Já para as camadas pobres, a escola é vista como um meio de qualificação para o trabalho e de mobilidade social.



A instituição escolar mostra-se como instrumento de educação diferenciado das formas básicas existentes, como a família e a comunidade que se configuram pela fragmentação e assistematização de suas práticas.

A instituição escolar assume atribuições específicas de todo um contexto histórico-social que lhe impõe finalidades e exigências, além de determinar a condução da transmissão de conhecimentos relevantes.



IMPORTANTE

No contexto atual, atribui-se à escola a finalidade de preparar a criança para a complexa vida moderna, por meio da transmissão de conhecimentos acumulados, promovendo estimulações ao desenvolvimento infantil por meio do ensino, do estabelecimento de regras, da integração do sujeito, em grupos sociais diversificados. Ou seja, a escola é entendida como a promotora da educação mais sistematizada, apresentando finalidades próprias para o desenvolvimento do ser humano e para a constituição de sua personalidade. Entendendo este desenvolvimento enquanto acadêmico e social.



Unidade V: Relação Família-Escola: Continuidade e Ruptura no Processo Educativo



Como anda esta relação????



Ao analisarmos a educação da criança, na família e na escola, é possível arrolarmos algumas diferenciações que a literatura relata quanto às práticas educativas que cada uma dessas instituições exerce. Dentre elas podemos mencionar:

- na família as práticas educativas são desenvolvidas no cotidiano e, na escola, configura-se uma intensa programação de procedimentos e atividades elaboradas, segundo diretrizes educacionais, planejadas *a priori*;
- a aprendizagem da criança, na instituição familiar, faz-se na relação com os membros do grupo doméstico. Entretanto, na escola, essa aprendizagem envolve momentos programados com pessoas específicas (professores, grupo da sala de aula, funcionários).

Apesar de considerarmos que, de maneira genérica, a família é a primeira agência socializadora, é importante destacar que o período dessa socialização exclusiva tem se reduzido consideravelmente. Por necessidades socioeconômicas, as crianças são introduzidas cada vez mais cedo nas creches e pré-escolas, ocupando um espaço que, em gerações anteriores, era restrito ao grupo familiar responsável pela socialização primária. Tal fato pode ajudar a promover o desenvolvimento social, pois a criança passa a ter contato brevemente com outras crianças, o que pode ajudar a promover novas habilidades que serão importantes para o seu desenvolvimento social.

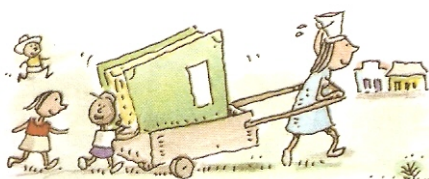
É importante salientar que a educação familiar e a educação escolar constituem-se como momentos do processo educativo que, para os educandos que os vivenciam, efetivam-se de maneira única, mas com propósitos diversificados. Ou seja, escola e família apresentam-se no processo educativo como momentos contínuos em algumas ações e também descontínuos, quanto a seus fins específicos.



A educação escolar é contínua com a educação familiar à medida que oferece prosseguimento à formação do indivíduo, em relação a seus valores para vida e para o trabalho. Já a

descontinuidade da educação escolar com a familiar resulta de objetivos e procedimentos diferentes, relacionados à própria finalidade dessas instituições. A descontinuidade é associada a uma necessidade social e, principalmente, na perspectiva de desenvolvimento dos indivíduos para a adaptação e colaboração com o desenvolvimento científico-tecnológico da sociedade. Entretanto, esta explicação sobre os termos continuidade/descontinuidade aparece sob o enfoque das finalidades das instituições educativas. No entanto, é válido enunciar uma outra significação para esses termos, que se refere a questões de desigualdades e de inadequações dessas instituições no processo educativo da criança (PEREZ, 2004).

Diversos estudos na área da educação indicam que a escola tem assumido com rigidez seu papel de educação sistemática, não levando em consideração o meio social e, principalmente, familiar de que a criança provém, gerando um grande índice de fracasso escolar, sobretudo pelo desconhecimento das condições de seus educandos. Já o processo de transmissão cultural vivido na família é assistemático, não estando pautado por objetivos claros, definidos e postos de modo seqüencial, como ocorre na instituição escolar, mas tem como referencial a educação recebida dos pais, costumes e tradições e também aquelas difundidas pela mídia.



Os únicos espaços genéricos, presentes em quase todas as instituições escolares públicas, que se configuram como local para o relacionamento entre a escola e a família, são as conhecidas reuniões de pais e professores que, na teoria, oferecem oportunidades de discussão, esclarecimento e solução para problemas específicos dos alunos, dos professores, do ensino. A prática das reuniões, além de ser exercida como uma obrigação, apresenta como dinâmica apenas reclamações, críticas e deslocamento de responsabilidades com a educação das crianças, da família para a escola e da escola para a família.



Alguns estudos acerca da situação de fracasso escolar, em alunos das séries iniciais de escolarização, mostram a necessidade de compreensão das relações do aluno com seu processo educativo. Dentre essas, as interferências mais expressivas no processo de ensino-aprendizagem e, na condição de fracasso escolar estão relacionadas a problemas individuais do educando, tais como imaturidade, desinteresse e desmotivação pelo ensino, falta de habilidades específicas, ritmo pessoal diferente do grupo, problemas orgânicos, ocorrência de

desnutrição ou deficiências. Outras interferências resultam de dificuldades no contexto familiar, relacionadas a problemas emocionais, econômicos, culturais ou sociais. Há ainda interferências do próprio âmbito escolar, como inadequação da postura, concepção e representação do processo de ensino-aprendizagem pelos professores, dificuldade e despreparo para a tomada de decisões metodológicas e avaliativas, desconhecimento da realidade, das dificuldades e do potencial de seus próprios alunos. Se nem sempre podemos ter acesso à família, a convivência com o aluno na escola pode ajudar a conhecê-lo e então promover seu desenvolvimento.

É válido salientar que muitos dos problemas educacionais poderiam ser amenizados a partir da interferência de políticas educacionais mais eficientes e da tomada de consciência dos sujeitos envolvidos no universo escolar, a respeito da valorização e da colaboração na reversão dessa realidade educacional.



A análise da bibliografia mostra que, em certas circunstâncias, estas instituições configuram espaços de resistência aos novos valores e mudanças decorrentes das rápidas transformações sociais, que acabam afetando a estrutura e os valores do grupo familiar e os novos parâmetros e exigências da instituição escolar.

Acreditamos que se faz necessário compreender os educadores, pais e professores, não apenas em suas funções, mas como sujeitos sociais que organizam suas vidas e seus trabalhos dentro das possibilidades e oportunidades disponíveis.

Enquanto a ação da família e da escola no processo educativo da criança estiver pautada pela transferência de responsabilidades de uma instituição para outra e não se configurar um espaço para o enfrentamento dos problemas educacionais, continuarão a aumentar os índices de fracasso escolar e de delitos sociais envolvendo crianças e adolescentes.



Finalizamos esse primeiro momento de discussão com um texto temático sobre Família (letra de música):

2. FAMÍLIA

Arnaldo Antunes e Tony Bellotto

Família, família,
Papai, mamãe, titia,
Família, família,
Almoça junto todo dia,
Nunca perde essa mania.
Mas quando a filha quer fugir de casa
Precisa descolar um ganha-pão
Filha de família se não casa
Papai, mamãe, não dão nenhum tostão.
Família é
Família A
Família.

Família, família.
Vovô vovó sobrinha.
Família, família.
Janta junto todo dia,
Nunca perde essa mania.
Mas quando o nenê fica doente
Procura uma farmácia de plantão
O choro do nenê é estridente
Assim não dá pra ver televisão.
Família é
Família é
Família.

Família, família,
Cachorro, gato, galinha.
Família, família,
Vive junto todo dia,
Nunca perde essa mania.
A mãe morre de medo de barata
O pai vive com medo de ladrão
Jogaram inseticida pela casa
Botaram um cadeado no portão.
Família é
Família é
Família.

Titãs. *Acústico*. WEA Music Brasil, 1997.



Atividade

1) Como o grupo se posiciona diante das idéias e dos conteúdos apresentados no texto sobre:

- a. Constituição familiar;
- b. Finalidades da Família e da Escola
- c. Relação Família-escola

Elabore um texto sistematizando as reflexões e não esqueça de Colocá-lo no Portifólio em grupo do ambiente TelEduc.

- 2) Escolha na internet pelo menos um texto que contemple as temáticas: Educação-Família-Escola e desenvolva um breve resumo dos principais resultados desta pesquisa.
- 3) Socialize com o seu grupo de trabalho e apresente no **Portifólio em grupo** o resultado das discussões.

Unidade VI: Orientação às Famílias e Educação Inclusiva



Não esperavam, mas aconteceu.....E agora???

O nascimento de uma criança com deficiência pode modificar as relações tanto dentro como fora do ambiente familiar. Segundo Olsson (2001) as relações extra familiares podem ficar prejudicadas e isso ocorre principalmente com as mães porque, em geral, são elas as mais sobrecarregadas com o cuidado dessa criança. Porém, todos os membros da família podem ser afetados pela limitação da vida social quando há perda de oportunidades que permitam troca de experiências, assim como diminuição dos momentos de lazer e aumento do isolamento familiar. Além disso, quanto mais os familiares se isolam, mais difícil se torna realizar algumas atividades sociais, tais como relacionar-se com as pessoas ou fazer novos amigos, por exemplo. Essa dificuldade é, de certo modo, também ensinada para a criança com deficiência.

Por outro lado, Seltzer, Greenberg, Floyd, Pettee e Hong (2001) relatam que, embora esses pais possam ter contato menos freqüente com amigos, eles geralmente participam de organizações sociais, visitam parentes e possuem amigos.

Em relação às mudanças intrafamiliares, Palomino e Gonzálves (2002) consideram que quando a deficiência é produzida de forma congênita, devido a causas pré-natais, pode aparecer entre os pais sentimentos de culpa, o que pode comprometer a estabilidade do casal. Também é normal, a mãe sentir-se culpada pela deficiência do filho e esse sentimento ser reforçado pelas atitudes do marido.



As crises ficam mais graves nas principais fases de desenvolvimento da criança. Palomino e Gonzálves (2002) destacam que as crises são ativadas e reativadas quando o filho nasce e/ou a notícia da deficiência é dada, ou quando a criança não obtém êxito ao ingressar na escola, ou quando os pais sentem dificuldade para criar e educar seu filho, ou quando a institucionalização torna-se inevitável ou ainda quando a criança é excluída da sociedade.

Assim, a natureza da excepcionalidade pode influenciar a reação da família frente a ela. Por exemplo, no caso de uma dificuldade de audição, os problemas com a família envolverão problemas na comunicação, em como compreender o que a criança quer e precisa e como fazer para integrá-la ao resto da família e os problemas mais importantes poderão vir na ocasião de ingresso em uma escola. No caso das crianças que exigem muitos cuidados médicos, por problemas crônicos de saúde, que podem exigir muitas sessões de tratamento terapêutico, as famílias devem despende de muitos recursos financeiros e isso pode ser bastante complicado. Além disso, quanto mais complexa for a situação da criança, quanto maior for o seu comprometimento físico e mental, maior a probabilidade de morte e esse é um aspecto que precisa ser trabalhado com



os pais e familiares.

Assim, diferentes excepcionalidades implicam em diferentes desafios e dificuldades diversificadas para essas famílias. Então, há que se pensar em propostas diferentes de atendimentos. Aiello (2002) afirma que pais que recebem bons serviços e estes sejam considerados por eles como importantes, reagem com bons resultados.

Entretanto, apesar de uma ampla gama de literatura científica que ressalta a experiência de sofrimento, desesperança, culpa e mesmo sentimentos negativos, existe uma outra parte dessa mesma literatura que oferece uma visão positiva sobre a família de um indivíduo com deficiência, com seus ganhos, benefícios e suas estratégias adequadas.

Hastings e Taunt (2002) apontam que as percepções positivas e negativas são influenciadas por diferenças psicológicas e variáveis demográficas. Encontraram mais frequentemente o relato de estresse entre membros de famílias de pessoas com deficiência, mas vários outros estudos também têm mostrado altos níveis de percepções positivas nessas famílias, quando comparadas às famílias de crianças sem deficiência. Ressaltam a importância das teorias sobre as percepções positivas, consideram que este tipo de percepção pode ajudar na adaptação dos membros da família à deficiência.

Adicionalmente à natureza da excepcionalidade, a severidade do acometimento também afeta diferencialmente as famílias. O impacto na família varia e a diferença pode ser mais qualitativa do que quantitativa, pois se a criança é severamente prejudicada, e essa deficiência é muito aparente já no nascimento, certamente o choque inicial será maior. Por outro lado, se a deficiência aparece mais tarde, como no caso da deficiência auditiva ou dificuldades na aprendizagem ou mesmo a deficiência mental de grau leve, por exemplo, os pais podem não passar por esse choque inicial e parece apresentar temores e preocupações diferentes, o que parece favorecer a impressão de que os problemas podem ser mais facilmente resolvidos, pois de certa forma já tiveram alguma experiência positiva com aquela criança.



Com a descoberta da deficiência mais tardiamente, as famílias apresentam um misto de sensações e frustrações envolvendo sua criança, porque ela se apresenta como capaz, mas ao mesmo tempo tem uma deficiência. Então, os pais não sabem, ao certo, como devem proceder e, muitas vezes, parecem ficar paralisados frente às necessidades da criança.

No caso das deficiências mais severas, que são mais visíveis, podem causar à família estigmas sociais e maior possibilidade de rejeição. Por outro lado, a severidade pode mudar a percepção social e os comportamentos inadequados apresentados publicamente podem ser mais tolerados, ao contrário das condições mais leves. Parece que ir a um lugar público, como um restaurante, com uma criança muito prejudicada pode despertar nos demais clientes um sentimento de piedade que, algumas vezes, não é muito aceito pelos pais. Entretanto, em outros momentos, serve para amenizar faltas da criança e mesmo dificuldades desses pais.

No caso das deficiências mais graves, a família também pode trabalhar mais precocemente a idéia de dependência de seus filhos e dessa forma pode tentar adequar-se a elas, o que poderia ser mais favorável à

estrutura familiar, se comparado a deficiências mais leves que trazem às famílias uma espécie de montanha-russa de sensações sobre as possibilidades e dificuldades de seus filhos para a vida, porque eles têm que lidar com progressos e retrocessos. Contudo, as dificuldades sofridas nos anos iniciais com a criança, podem ser superadas com o passar do tempo e os pais poderão tornar-se especialistas nas necessidades e dificuldades da criança, o que diminuirá o estresse da situação de ter um filho em condição de deficiência.

Quanto às demandas da deficiência e os impactos na família, pode haver uma grande fonte de estresse causado por demandas exigidas, principalmente das mães, em cuidar de crianças mais comprometidas, que necessitam de atenção constante para atividades como de higiene, vestimenta, alimentação, controle de medicação, etc. Enquanto outras crianças típicas da mesma idade vão aprendendo tudo por si só, as mães de crianças com deficiências podem ter de lidar com períodos mais extensivos de dependência de seus filhos e mesmo terem a sensação de que isso durará para sempre.

No que diz respeito às atitudes dos pais em relação aos filhos com deficiência, Palomino e Gonzálves (2002) apontam a possibilidade de superproteção ou resistência. Os pais podem superproteger os filhos quando sentem ansiedade ao perceberem que estes precisam esforçar-se muito para conseguir fazer algo simples. As mães podem superproteger seus filhos, por exemplo, fazendo por eles o que eles são capazes de fazer sozinhos porque elas precisam que seus filhos dependam delas, ou então, porque elas consideram menos trabalhoso fazer pela criança do que encorajar e ensinar essa criança a fazer tudo sozinha, o que, em alguns casos, significaria maior quantidade de tempo gasto, exigindo delas ou dos demais cuidadores mais paciência e disponibilidade. Assim, a superproteção pode ocorrer como uma estratégia defensiva utilizada pelos pais para disfarçar sentimentos negativos que eles possuem em relação ao filho com deficiência.

Mas devemos ressaltar que ao superproteger um filho com deficiência, os pais tendem a não prestar o atendimento devido a este filho, sendo que tal atitude pode agravar a deficiência apresentada pela criança ou então, impedir ou limitar seu desenvolvimento. Esse evento não é diferente na escola! Educadores que superprotegem seus alunos também os impedem de progredir e deixam de demonstrar a eles sua crença em suas competências e capacidades!

Muitos pais podem ter demonstrações de resistência como fazer uso de medicamentos e de tratamentos tidos como milagrosos, com a esperança de que estes revertam o quadro apresentado pelo filho. Outra forma de resistência pode ocorrer quando os pais não conseguem aceitar a existência da deficiência do filho e, periodicamente, passam a colocá-lo sob o cuidado de um especialista diferente, atrasando com isso a atuação educativa. Porém, devemos saber que essa atitude não é simplesmente uma escolha da família, mas representa as condições pessoais e materiais que existem no momento, ou seja, é a família fazendo o que pode em relação a seu filho.

Também devemos nos atentar para o que nos traz Omote (1980), pois a peregrinação, ou a busca de diferentes especialistas em busca de um prognóstico mais favorável, está muito relacionada aos problemas no aconselhamento adequado após o diagnóstico do filho.

Mas, além das atitudes tidas como negativas caracterizadas como resistência, superproteção, e peregrinação, existem muitas famílias que buscam e desenvolvem meios para lidar com as conseqüências ocasionadas pela condição de ter um membro com deficiência e que são denominadas estratégias de enfrentamento.

Os pais fazem acomodações nos seus estilos de vida em resposta à deficiência de um dos membros da família e também alteram essas acomodações todo o tempo, conforme as necessidades da criança se modificam (SELTZER, GREENBERG, FLOYD, PETTEE, HONG; 2001).

Porém, as famílias podem diferir tanto nos recursos que possuem para lidar com situações diversas, quanto na forma de perceber os desafios de ter como membro da família uma criança com deficiência. Assim, cada situação tem um significado e conseqüências diferentes para cada uma ou indivíduo (MATSUKURA; 2001).

Conhecer essas necessidades, percepções e sentimentos experienciados por familiares de crianças com deficiência, e os impactos causados pelo nascimento dessa criança, pode auxiliar a traçar um caminho em direção a uma percepção mais positiva e, este conhecimento é importante para que se possa buscar formas mais efetivas de intervenção com famílias, quando elas se fizerem necessárias.

A família desenvolve estratégias de enfrentamento para manter ou restaurar o equilíbrio entre demandas e recursos disponíveis. Esse equilíbrio pode ser mantido com a redução do número ou intensidade das demandas. Assim, os membros dessa instituição, ou pelo menos um dos membros fazem mudanças em suas vidas (ex: mãe deixar o emprego) ou então tomam certas atitudes com o intuito de conseguir mais recursos (ex: reunirem-se com outras famílias para compartilhar experiências, ou os próprios membros da família podem se reunir para que a união entre eles aumente). Mudanças cognitivas também são empregadas para manter ou restaurar o equilíbrio (ex: alterar o significado que se tem sobre uma determinada situação).

Grant e Ramcharam (2001) esclarecem que a hipótese de adaptação sugere que pessoas se ajustam no papel de cuidadores todo o tempo e adquirem habilidades e competências que os ajudam a formular estratégias cada vez melhores, até mesmo quando a rede de suporte desses cuidadores estiver esgotada.

O processo de adaptação pode ser influenciado por algumas condições anteriores ao diagnóstico da deficiência, tais como, papel que o membro diagnosticado possui na família, experiências familiares com outras situações de crise, etc (OLSSON; 2001).

Taanila, Syrjälä, Kokkonen e Jävelin (2002) sustentam que, frente à deficiência do filho, a maioria das famílias desenvolve estratégias de enfrentamento razoavelmente boas e são capazes de continuar suas vidas normalmente. Entretanto, o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento é um processo muito individual e existem evidências sugestivas de que algumas famílias podem nunca se adaptar a essa nova situação.

A estratégia de enfrentamento mais usada pelos pais é a procura por informações sobre a deficiência e as fantasias de satisfação de desejos, de como eles poderiam lidar com as situações difíceis e de como seria o progresso no desenvolvimento de sua criança (SILVA, DESSEN; 2001).

Uma das variáveis importantes para que as estratégias de enfrentamento sejam utilizadas com sucesso e, conseqüentemente, o ajustamento familiar seja realizado é o suporte social recebido por familiares de crianças com deficiência.

A qualidade da interação entre pais e crianças deficientes tem sido muito investigada. As evidências dos trabalhos apontam que as características da criança interferem no início do apego e na própria natureza da relação para o estabelecimento do vínculo. A percepção inicial da dependência total do bebê gera nas mães um sentimento ambivalente de aceitação/não aceitação. A busca de compreensão e apoio na religião pode ser aumentada quando faltam serviços de suporte e apoio na comunidade, principalmente quando se referem aos impactos causados por deficiências mais graves (BONADIMAN; 1995).

Pais, quando bem orientados, informados e cercados de redes de apoio da própria comunidade como serviço social público, serviços de assistência à saúde, escolas especializadas, treinamentos e outros, têm respondido de maneira muito mais satisfatória às crises enfrentadas, sejam elas emocionais, sociais e até mesmo financeiras e que, além disso, têm mostrado uma estruturação familiar mais coesa e com uma dinâmica mais saudável. Um ambiente emocionalmente saudável, com condições de higiene e saúde, aumenta significativamente as chances de uma criança se desenvolver sem problemas e, mesmo havendo atraso em seu desenvolvimento, essas chances ainda são maiores (TURNBULL; 1997; GARGIULO, 2002).

As estratégias para o trabalho com famílias devem levar em consideração o fato de que a comunicação é um processo de duas vias no qual profissionais devem ser sensíveis para ouvir primeiro às necessidades e interesses dos pais e, então, juntamente com eles, formar um plano para ir ao encontro dessas necessidades.

Ao se planejar e oferecer recursos ou serviços a pais, convém considerar o estresse associado com questões sociais que podem esgotar a energia física dos pais, minar o senso de competência e reduzir o senso de controle sobre suas próprias vidas.

Também há a necessidade de se levar em consideração os ciclos da vida e seus momentos de transição corriqueiros que devem ser considerados como eventos estressores.

Martins (2006) em um programa de orientação a mães disponibilizou atendimento a 15 mães de crianças com deficiência múltipla, alunas de uma escola especial. O programa foi oferecido em três partes que trataram de suporte emocional, treino de habilidades para ensinar aos filhos e informações relacionadas às deficiências e busca de recursos. Os resultados do programa apresentaram melhoras nos desempenhos das crianças, relacionadas a seu desenvolvimento e maior envolvimento/participação das mães com o serviço

oferecido pela escola. Novamente parece que, quando as famílias podem falar o que querem e precisam, elas realmente respondem favoravelmente. Eis uma condição importante para a escola: ouçam os pais, tentem levantar o que querem e precisam... Mostrem o



quanto suas opiniões são importantes e, assim, ganharemos parceiros na árdua tarefa de educar seus filhos, nossos alunos.

É preciso considerar que diferentes famílias vivenciam a condição de ter um filho com deficiências de forma diferenciada. São de fundamental importância serviços de apoio e informações quanto às possibilidades de atendimento, o mais precocemente possível e que este seja delineado de acordo com necessidades das famílias. Neste sentido, é importante que se estabeleça uma parceria, uma via de mão dupla entre os serviços prestados e as famílias, porque elas se dedicam mais a seus filhos tanto em tempo quanto emocionalmente do que professores ou outros provedores de serviços.

Os benefícios alcançados com a parceria entre família e escola trazem aspectos como: ficar mais informada em relação aos seus direitos, responsabilidades e recursos e, também, mais esclarecida sobre a deficiência apresentada por um de seus membros. Ela aprende a ensinar habilidades para esse filho e o auxiliar na manutenção daquelas que já foram aprendidas. Há um envolvimento maior de todos os outros membros e familiares. Em relação aos profissionais, estes adquirem mais conhecimento sobre as características positivas e as necessidades da família e da criança.

Assim, os familiares podem exercer o papel de mediadores e colaboradores nas intervenções realizadas com crianças com deficiência. Porém, destacamos que, embora todos os pais tenham o direito e o dever de participarem do processo educacional de seu filho com deficiência, é preciso deixar que eles decidam o grau e o modo como essa participação vai ocorrer.

Os pais podem sentir-se inibidos pela escola e, por isso, muitas vezes, deixam de perguntar sobre seus direitos legais e responsabilidades. Outras barreiras são: falta de transporte, o tempo tomado pelas necessidades da criança, incerteza sobre a deficiência da criança e sobre como ela pode ser vista pela escola.



As reclamações mais frequentes dos pais são: falta de tempo, falta de transporte, dificuldade em compreender a linguagem técnica utilizada pelos profissionais da escola

de seu filho, sentimento de inferioridade em relação aos profissionais, falta de conhecimento sobre a deficiência do filho e suas conseqüências e dúvidas sobre de que modo eles e a escola podem ajudar a criança com deficiência. Em relação aos profissionais, as queixas são em função da apatia ou indiferença dos pais, a falta de tempo, energia e compreensão do sistema escolar, a ausência do pai nas reuniões escolares e o não reconhecimento do trabalho realizado pela escola em benefício de seus filhos.



Algumas escolas consideram que os pais são muito desinformados e despreparados para contribuir ativamente e que eles também são limitados no que diz respeito a receber e fornecer informações.

Contudo, em uma escola que se quer INCLUSIVA, que atenda às diferenças, é importante evitar acusar os pais pelas inabilidades do filho, e mais, enfatizar os serviços prestados às crianças e às famílias, as potencialidades que podem ser desenvolvidas e não as dificuldades que estas apresentam e, ainda buscar a participação de outros membros como o pai e os irmãos, já



que, na maior parte das vezes, somente a mãe participa do processo educativo da criança com deficiência.

O ideal é que as escolas inclusivas considerem pais e profissionais como co-aprendizes. A família deve ser considerada participante ativa no processo de educação de seus filhos com deficiência, como uma colaboradora indispensável para que uma parceria seja construída com o objetivo de promover o desenvolvimento de todos.

O bom relacionamento entre família e professores traz melhoria na compreensão das necessidades, interesses e potencialidades da criança, auxilia na seleção das áreas de interesse e esforço, na troca de informações e na busca de novos âmbitos de ação, possibilitando criação de novas formas de reforço, atividade e vínculos afetivos e, por fim, contraste de sentimentos, atitudes e pontos de vista.

O trabalho com a família facilita o processo de adaptação dos pais frente à nova realidade, para que eles consigam assumir e conviver com o filho com deficiência (LEVITT; 1997).

É necessário conhecer quais as necessidades de famílias que, se atendidas, poderiam funcionar como mecanismo de proteção para a diminuição de fatores de riscos do desenvolvimento de seus filhos com deficiência e mesmo como motivo para melhoria de toda a dinâmica familiar. Entendendo que o modo como as famílias fazem uso de estratégias de enfrentamento torna clara a dinâmica familiar diante de uma nova situação a ser enfrentada.

Levando-se sempre em consideração que, para desenvolver um trabalho com a família na escola, é preciso primeiramente estabelecer uma parceria buscando o envolvimento da primeira, ao invés de apenas lidar com as dificuldades que ela apresenta. E mais, perceber que o trabalho da escola com as famílias deve ser pensado sempre para o atendimento de todas elas, tendo ou não filhos com deficiência, que as formas de trabalho são mais comuns do que diferentes e que, muitas vezes, a expressão “mãe só muda de endereço” é bastante verdadeira! É preciso, antes, acolhê-la, ouvi-la, ao invés de julgá-la e condená-la. Tratar a família como parceira e não como adversária!



Atividades

1) Elabore um plano de atendimento para uma das famílias de seus alunos. Pense em como você poderia orientar essa família. Escolha uma área (falar sobre a deficiência, **ou** sobre serviços da comunidade que poderiam ajudá-la, **ou** propor um encontro com outros pais para troca de experiências com seus filhos, **ou** ensinar alguma habilidade que eles possam desenvolver com a criança em casa...) Use sua imaginação e a vontade de ajudar. Mão à obra!!!

2) Coloque seu plano em prática! Não importa o tempo. O importante é que você experimente essa forma de trabalho.

3) Agora faça sua narrativa! Conte como foi sua experiência. Faça um texto relatando sua aplicação. Os pontos positivos, negativos. Quais foram suas dificuldades e quais os benefícios. Se possível, inclua comentários dos participantes.



Sites interessantes

<http://www.entreamigos.com.br/textos/dinfam/dinfam.htm>

www.crmariocovas.sp.gov.br

www.ibase.org.br

www.unicef.org.br

www.novaescola.org.br

Filmes

| **Kramer X Kramer**. Direção Robert Benton (EUA, 1979). É interessante para debater os papéis sociais na família.

Pai Patrão. Direção Paolo e Vittorio Taviani (Itália, 1977). Mostra o conflito de um jovem com seu pai conservador.

Anos Dourados. Direção Roberto Talma (Brasil, 1986). Excelente seriado brasileiro, que permite o debate sobre os conflitos de jovens e suas famílias.

Festa de Família. Direção Thomas Vinterberg (Dinamarca, 1988). Retrato de conflitos familiares, os quais são revelados em uma festa de família.

Sociedade dos Poetas Mortos. Direção Peter Weir (EUA, 1989). Permite uma boa discussão sobre os sistemas educacionais contrapondo formas autoritárias e democráticas de ensino.

Mentes Perigosas. Direção John Smith (EUA, 1995). Possibilita uma discussão sobre o vínculo da escola com a vida.

Leitura complementar

GOMES, J.V. Relações família e escola - Continuidade e descontinuidade no processo educativo. São Paulo: **Idéias**, n. 16, 1993, p.84-90.

www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias-16-p084-092-c.pdf

MARQUES, A. C. Política e Questão de Família. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2002, v. 45 nº 2.

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pidS0034-77012002000058&Lng=pt&nrm=Iso

Referências

- AIELLO, A.R..**Família inclusiva**. In Palhares, M.S. & Marins, S.C.T. (Orgs), Escola Inclusiva. São Carlos. EdUFSCar, 2002.
- BONADIMAN, Z.B..**Perspectivas de pais em relação ao filho portador de deficiência mental e a si próprios: em busca de caminhos para a educação do portador de deficiência**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 1995.
- GARGIULO, R.M..**Parents, families, and exceptionality**. In: Special education in contemporary society an introduction to exceptionality. Wadsworth-Thomson Learning, 109-138, 2002.
- GRANT, G.; RAMCHARAN, P..**Views and experiences of people with intellectual disabilities and their families (2) The Family Perspective**. Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities, 14, 364-380, 2001.
- HASTINGS, R.P.; TAUNT, H. M. **Positive perception in families of children with developmental disabilities**. American Journal on Mental Retardation, 107 (2), 116-127, 2002.
- LEVITT, S..**Habilidades básicas: guia para o desenvolvimento de crianças com deficiência**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- MARTINS, M. F. A..**Avaliação de um programa de atenção às mães de crianças severamente prejudicadas**. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP (Tese de Doutorado), 2006.
- MATSUKURA, T. S..**Mães de crianças com necessidades especiais: stress e percepção de suporte social**. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto (Tese de Doutorado), 2001.
- OLSSON, M.B.; Hwang, C.P. **Depression in mothers and fathers of children with intellectual disability**. Journal of Intellectual Disability Research, 45, 535-543, 2001.
- OMOTE, S..**Reações de mães de deficientes mentais ao reconhecimento da condição dos filhos afetados: um estudo psicológico**. Universidade de São Paulo, São Paulo (Dissertação de Mestrado), 1980.

PALOMINO, A. S.; GONZÁLVES, J. A. T.. **Educação especial: centros educativos y profesores ante la diversidad**. Madrid: Psicología Pirámide, 2002.

SELTZER, M.M.; GREENBERG, J.S.; FLOYD, F.J.; PETTE,G. & HONG J..Life course impacts of parenting a child with a disability. **American Journal on Mental Retardation**, 106 (3), 265-286, 2001.

SILVA, N.L.P.; DESSEN, M.A.. Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 17, 133-141, 2001.

TAANILA, A.; SYRJÄLÄ, L.; KOKKONEN, J, JÄRVELIN, R. Coping of parents with physically and/or intellectually disabled children. **Childcare, Health & Developmental**, 28, 2002.

TURNBULL, A. P.. Parent-professional interactions. IN M. E. Snell (Org.) **Sytematic instruction of the moderately and severely handicapped**. (2a. ed.). Columbus, OH: Merril, 1997.

Bibliografia Consultada

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CANDAU, V.M.F. **Reinventar a escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- CARVALHO, M.C.B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995.
- GOMES, J.V. **Relações família e escola - continuidade e descontinuidade no processo educativo**. São Paulo: Idéias, 16, 84-90, 1993.
- KALoustIAN, S.M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1998.
- NOGUEIRA, M. A, ROMANELLI, G. e ZAGO, N. (Orgs.) **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas populares e médias**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PARO, V.H. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. SP: Xamã, 2000.
- PEREZ, M.C.A. **Família e Escola na educação da criança: análise das representações presentes em relatos de alunos, pais e professores de uma escola pública de ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto– Universidade de São Paulo, 2000.
- PEREZ, M.C.A. **Infância, Família e Escolarização: práticas educativas e seus efeitos no desempenho de crianças das camadas populares**. São Carlos: Suprema, 2007.
- PEREZ, M.C.A e BORGHI, R.F.(Orgs.) **Educação: políticas e práticas**. São Carlos: Suprema, 2007.
- PETITAT, A. **Produção da escola, produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- ROMANELLI, G. Famílias de classes populares: socialização e identidade masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, ano III, n.1-2, 1997, p.25-34.
- PEREZ, M.C. Argenti e BORGHI, R.F. (Orgs.) **Educação: políticas e práticas**. São Carlos: Suprema, 2007.

Fonte da imagem da capa:

http://www.phillyhealthinfo.org/index.php/health_topics/category/CancerNon-English%20Resources